

CADERNO ESPECIAL

COBERTURA DA 10ª CONFERÊNCIA DOS ESTADOS PARTES DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO

A comunidade internacional anticorrupção se reúne a cada dois anos na Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, evento conhecido como CoSP-UNCAC. A décima edição da CoSP 2023 ocorreu em Atlanta, Estados Unidos, no período de 11 a 15 de dezembro de 2023.

A Conferência é o momento em que os 190 Estados Partes da Convenção expõem suas posições e prioridades em sessões plenárias e, após extenso período de negociação, aprovam resoluções sobre temas prioritários no âmbito da prevenção e combate à corrupção. Às margens das sessões plenárias, ocorrem encontros bilaterais entre delegados e eventos paralelos temáticos. É uma semana intensa, na qual os participantes se encontram, negociam, chegam a entendimentos e têm momentos de trocas de experiências e boas práticas.

A Controladoria-Geral da União (CGU) foi representada pela secretária de Integridade Pública, Izabela Correa; pelo secretário de Integridade Privada, Marcelo Pontes Vianna; pela chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (AINT), Elizabeth Cosmo; pelo assessor da Secretaria Executiva, Daniel Mol e pela chefe substituta da AINT, Mônica Buhlões.

Chefiando a delegação, esteve o ministro de Estado da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, acompanhado de sua assessoria técnica. Além da CGU e da AGU, a delegação brasileira ainda contou com membros do Tribunal de Contas da União (TCU), representados pelo ministro Antonio Augusto Anastasia, pelo ministro Benjamin Zymler e por suas respectivas equipes, e com representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e da Polícia Federal.

A presente edição do boletim CGU Internacional propõe destacar momentos-chave da Conferência no intento de trazer aos servidores da Controladoria o espírito de Atlanta, que culminou com a [Declaração](#) de mesmo nome, contemplando a temática da efetividade da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

A CGU acompanhou de maneira ampla as negociações do conjunto de resoluções da Conferência, em processo que teve início meses antes do evento, com uma série de reuniões informais preliminares, organizadas por videoconferência. Especial destaque se dá à Resolução sobre Incentivos para o Setor Privado, proposta pelo Brasil, sob a liderança da CGU. Como resultado do trabalho da delegação brasileira, a [resolução](#) proposta foi aprovada, e o tema dos incentivos à integridade privada foi trazido ao âmbito internacional sob uma nova perspectiva, abordando de maneira sistêmica as ações dos Estados na promoção dos incentivos a empresas que buscam subsídios ou vantagens competitivas em processos licitatórios, ou que se propõem a negociar acordos de leniência e a cooperar com autoridades. A resolução também aborda iniciativas de reconhecimentos públicos a empresas que demonstram compromisso com a integridade, transparência e conduta ética.

É importante destacar a inserção de aspectos atuais e multidisciplinares no escopo da resolução. Nesse contexto, o parágrafo 10 do documento, por exemplo, encoraja os Estados Partes a incentivarem o setor privado na adoção de programas de integridade que considerem implementar medidas relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

[Confira os documentos adotados na CoSP.](#)



Registro da delegação da CGU no último dia da Conferência.

O FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL

A décima edição da CoSP-UNCAC foi precedida pelo Fórum da Sociedade Civil (*Anti-Corruption Civil Society Forum*), que aconteceu no dia 10 de dezembro, evento patrocinado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime e pelos anfitriões estadunidenses.

A secretária de Integridade Pública, Izabela Correa, foi uma das convidadas para o painel de alto nível sobre o “Papel de Proteção e Apoio da Sociedade Civil nos Esforços Anticorrupção”, que encerrou o evento.

Izabela Correa destacou as ações adotadas recentemente no Brasil para engajar a sociedade civil, em especial, nos esforços anticorrupção. Ela enfatizou a reinstalação e o fortalecimento do Conselho da Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC). “Nós ampliamos a representação no Conselho e agora ele conta com 28 organizações da sociedade civil”, informou a secretária, que ressaltou, ainda, a relevância de fortalecer uma cultura de abertura e de diálogo. “Não devemos considerar a participação da sociedade civil como garantida; deve haver um esforço contínuo”, reforçou.

Durante a sua participação, Izabela Correa também compartilhou que a área de anticorrupção está mais madura e que, nas últimas décadas, o debate e a implementação de medidas têm avançado e apontado iniciativas e abordagens mais ou menos efetivas.



Registro do painel de encerramento do Fórum da Sociedade Civil, que também contou com a participação da moderadora Rickey Bevington e as painelistas Ketakandriana Ratifoson, de Madagascar; Pusetso Morap, da África do Sul e de Slavica Grkovska, da Macedônia do Norte.

PLENÁRIA DA COSP

As sessões plenárias da CoSP tiveram início no dia 11 de dezembro com as falas oficiais dos chefes de delegação. O ministro Jorge Messias realizou o discurso do Brasil e destacou a importância da UNCAC como um tratado internacional que permite associar o combate à corrupção a uma série de agendas que não se restringem à repressão. Em suas palavras, "o combate à corrupção está relacionado à defesa de valores como a democracia e o desenvolvimento sustentável, à redução de desigualdades econômicas e sociais, assim como à construção do Estado de Direito".

O ministro ressaltou a proposta brasileira de resolução sobre incentivos ao setor privado para a adoção de medidas de integridade e informou sobre a presidência brasileira do G20 em 2024 que, na seara anticorrupção, também trabalhará a integridade privada e o papel do setor privado na promoção da justiça social e do desenvolvimento sustentável.



O ministro Jorge Messias profere o discurso do Brasil na CosP, destacando as prioridades do país na seara anticorrupção.

Demais itens de pauta

No dia 13 de dezembro foram iniciadas as discussões técnicas da Conferência. A chefe substituta da AINT, Mônica Bulhões, realizou a intervenção do Brasil na sessão

sobre o **mecanismo de revisão da implementação da Convenção**, que detalhou o estágio atual do Segundo Ciclo de Avaliação do Brasil relativo aos capítulos sobre

prevenção da corrupção e recuperação de ativos da UNCAC.

A avaliação, iniciada em 2019, segue em seus últimos estágios. A servidora explicou que o Brasil está conduzindo a revisão da proposta do Sumário Executivo elaborado pelos avaliadores do México, de Portugal e do Secretariado do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), e que em breve será

devolvido para a consideração dos experts.

No que toca ao futuro do mecanismo de revisão da implementação da Convenção, tema cujas discussões foram iniciadas em Viena, Mônica Bulhões informou que "o Brasil apoia a análise do futuro do mecanismo, uma vez que exerce importante papel no auxílio aos Estados Partes em seus esforços anticorrupção".



A servidora Mônica Bulhões detalha aos participantes o atual estágio da avaliação do Brasil.

Na sessão seguinte da plenária, a chefe da AINT, Elizabeth Cosmo, proferiu as palavras do Brasil no item relativo à **assistência técnica**. A assessora destacou os recentes projetos de cooperação técnica internacional nos quais o Brasil se envolveu. Em especial, mencionou o projeto de cooperação trilateral entre Brasil, Alemanha e Paraguai, denominado "Fortalecendo a Integridade em Tempos de Crise", que teve como um de seus produtos a implementação do selo paraguaio "Sello Integridad". O selo foi criado nos moldes do Programa Pró-Ética do Brasil, que premia empresas que se comprometem a adotar voluntariamente medidas de integridade.

Elizabeth Cosmo também mencionou a assistência prestada a Moçambique em 2023, na qual auditores da CGU receberam equipe de auditores moçambicanos e ofereceu-

ram treinamento sobre planejamento estratégico e monitoramento de sistemas de auditoria, com ênfase no desenvolvimento interno de competências para o combate à corrupção. Em linha com o espírito do artigo IV da Convenção, a assessora também informou sobre a cooperação que terá início com Honduras e Cuba, e mencionou o Memorando de Entendimento assinado com a China para fortalecer políticas públicas que envolvam as temáticas da integridade e da transparência.

Nas palavras de Elizabeth Cosmo, “essas iniciativas refletem nosso firme compromisso com a integridade, com a transparência e com a promoção da justiça. Ao reforçar a cooperação internacional, estamos não apenas combatendo a corrupção, mas também contribuindo para a prosperidade das nações”.



A assessora Elizabeth Cosmo proferindo as palavras do Brasil na sessão sobre assistência técnica.

A secretária de Integridade Pública, Izabela Correa, e o secretário de Controle Externo Adjunto do Tribunal de Contas da União, Hamilton Caputo, representaram o Brasil no dia 14 de dezembro, na sessão na Plenária sobre **prevenção**. Izabela Correa destacou algumas recentes iniciativas adotadas pelo governo brasileiro

para ampliar a transparência e promover o governo aberto e a integridade pública. A secretária afirmou que as ações anticorrupção são enfrentadas a partir de uma perspectiva abrangente: “temos desenhado e implementado iniciativas envolvendo o setor público, o setor privado e a sociedade civil”.

Apontou que, no setor público, a CGU está fortalecendo a abordagem organizacional para promover a integridade: “prevenindo riscos de conflitos de interesse, aumentando o nível de transparência (ativa e passiva) e a abertura das organizações, construindo e fortalecendo a integridade das organizações”. A secretária sustentou que a agenda anticorrupção é um dos pilares da integridade organizacional, juntamente com a abertura do governo, o respeito às pessoas, o combate aos assédios e à discriminação, entre outros, em apoio às organizações

para alcançarem seus propósitos institucionais.

A secretária da CGU destacou o recente lançamento do Modelo de Maturidade da Integridade Pública, que é um conjunto de diretrizes e orientações para agências públicas, entidades e gestores sobre os principais processos para alcançar uma gestão robusta e eficaz da integridade. Além disso, citou o programa Prisma, que visa desenvolver programas eficazes de integridade, projetados de forma dedicada pela organização em conjunto com a CGU.



Registro da plenária durante a fala da secretária Izabela Correa.

Na sessão final da plenária, no item de pauta relativo ao **acompanhamento da Declaração da UNGASS** (Sessão Especial da Assembleia Geral contra a Corrupção, ocorrida em 2021), o secretário de Integridade Privada, Marcelo Pontes Vianna, destacou os esforços do Brasil

para o cumprimento dos compromissos relacionados à promoção da integridade no setor privado.

O secretário informou sobre a criação, dentro da estrutura da CGU, da secretaria criada especificamente para reunir as atribuições relacionadas às políticas e práti-

cas anticorrupção junto ao setor privado, “de maneira a simplificar a comunicação entre as áreas técnicas, aprimorar o processo decisório e aumentar a efetividade da promoção da integridade privada”.

Adicionalmente, Marcelo Vianna destacou o sucesso do programa Pró-Ética e reforçou a atuação dos órgãos brasileiros para a efetiva responsabilização das pessoas jurídicas por atos de corrupção através de procedimentos civis e administrativos, incluindo os acordos de leniência: “estamos empenhados em aplicar sanções proporcionais e dissuasivas que apoiem um meio empresarial mais limpo e o desenvolvimento sustentável”.



O secretário Marcelo Vianna destaca os esforços do Brasil no âmbito da integridade do setor privado.

G20: APRESENTAÇÃO DAS PRIORIDADES BRASILEIRAS AO GRUPO DE TRABALHO ANTICORRUPÇÃO



Boni Soares (AGU), Elizabeth Cosmo (CGU), Marcelo Dellanina (MRE), Caroline Gousse (França) e Edson Garutti (MJSP) apresentam as prioridades para o Grupo de Trabalho Anticorrupção sob a presidência do Brasil.

O Brasil convocou reunião para apresentar aos membros do G20 as prioridades de sua presidência para o [Grupo de Trabalho Anticorrupção](#) (Anticorruption Working Group - ACWG) em 2024. Grande marco na CoSP para a delegação brasileira, o evento congregou membros das delegações dos países membros do G20, países convidados e organizações internacionais. A França, que será copresidente do Grupo, também esteve presente.

Representantes da CGU, que coordena o Grupo, AGU, MRE, MJSP e do Ministério das Relações Exteriores francês explicaram o planejamento e os produtos esperados após uma sequência de três reuniões técnicas e uma reunião ministerial. A chefe da AINT, Elizabeth Cosmo, presidiu a reunião e detalhou os objetivos prioritários do Brasil:

1. Contribuir para um mundo justo e um planeta sustentável por meio da promoção da integridade e de mecanismos anticorrupção;
2. Incentivar o setor privado a adotar medidas abrangentes e convergentes de integridade para prevenir e combater a corrupção;
3. Aprimorar a organização institucional da administração pública, para fortalecer a integridade pública;
4. Utilizar todas as ferramentas disponíveis para a recuperação de ativos, explorando medidas diretas em jurisdições estrangeiras e garantindo a coordenação nacional para uma recuperação eficaz de ativos.

Parte da dinâmica das reuniões também prevê que os **grupos de engajamento do G20** sejam envolvidos nas reuniões, uma vez que a participação ampla norteará a presidência do Brasil em todas as discussões.

Na sequência, a delegação brasileira tirou dúvidas e ouviu dos presentes suas impressões sobre as prioridades, além de manifestações de apoio e sugestões. Em março, ocorrerá a primeira reunião do calendário proposto para o Grupo de Trabalho, no período de 24 a 26, em Brasília.

Encontro com representantes da sociedade civil e empresas

Em 14 de dezembro, a delegação brasileira participou, a convite, de encontro com representantes da sociedade civil e de empresas, que estarão engajados no C20 (Civil 2024 Brasil) e B20 (Business 2024 Brasil) durante a presidência brasileira do G20.

Foram apresentadas as prioridades no âmbito do Grupo de Trabalho Anticorrup-

ção. Informou-se aos participantes sobre a inserção dos grupos de engajamento na agenda, notícia que foi celebrada pelos presentes.

O encontro foi organizado pela Transparência Internacional Brasil e teve a participação de Guilherme France (TI Brasil), Elizabeth Cosmo (CGU), Boni Soares (AGU) e Edson Garutti (MJSP).



Registro do briefing com a sociedade civil e empresas.

REUNIÕES BILATERAIS

Reunião bilateral com a Suíça

O ministro da AGU, Jorge Messias, se encontrou com a embaixadora da Suíça, Alexandra Baumann, em 12 de dezembro. Os temas tratados envolveram as prioridades do Brasil para o Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20, para o qual a Suíça foi convidada.

A embaixadora agradeceu o convite e demonstrou interesse e apoio à presidência brasileira, que detalhou a prioridade relativa a incentivos ao setor privado para a implementação de medidas de integridade, e a prioridade sobre recuperação de ativos com base no artigo 53 da UNCAC.



O ministro Jorge Messias e representantes da AGU, CGU e do MRE, em registro com a delegação Suíça.

Reunião da CGU com o Pacto Global

Em 12 dezembro, o secretário de Integridade Privada, Marcelo Pontes Vianna, a secretária de Integridade Pública, Izabela Correa, e a chefe da AINT, Elizabeth Cosmo, reuniram-se com a CEO do Pacto Global, Sanda Ojiambo. No encontro, foram discutidas ações conjuntas, com ênfase no fortalecimento da integridade privada, visando contribuir para as agendas do G20 e B20.

Sanda Ojiambo elogiou a atuação do Brasil na CoSP e no G20, cujos temas prioritários são do interesse do Pacto Global. Expressou contento com a inserção da integridade privada à mesa desse importante grupo multilateral e se colocou à

disposição para projetos compartilhados.

O secretário Marcelo Vianna explicou as prioridades e desafios da CGU no momento. Informou que temos o objetivo de ampliar o conceito de integridade privada no Brasil e no âmbito multilateral, e explicou que os trabalhos da CGU e do Pacto se complementam. No mesmo sentido, a assessora Elizabeth Cosmo esclareceu os objetivos do Grupo Anticorrupção do G20 e a janela de parceria com o Pacto. Abordou as dificuldades de negociar junto aos Estados sobre o tema do incentivo ao setor privado e do desejo da presidência brasileira de engajar o B20 nos trabalhos do grupo.



Registro do encontro com a CEO do Pacto Global, a senhora Sanda Ojiambo.

Reunião bilateral com a França

O ministro da AGU, Jorge Messias, se encontrou com a diretora da Agência Francesa Anticorrupção (AFA), Isabelle Jegouzo, no dia 11 de dezembro. Foi oportunidade para a diretora apresentar as novas prioridades da Agência e reforçar o interesse em estreitar parcerias com o Brasil, em especial no marco do [Memorando de Entendimento](#) firmado com a CGU. Também foi mencionada a presidência brasileira do G20 e a copresidência do Grupo de Trabalho Anticorrupção como oportunidade para os dois países programarem atividades conjuntas ao longo de 2024.



O ministro Jorge Messias, representantes da AGU, CGU e MRE se encontram com a diretora da AFA, a senhora Izabelle Jegouzo, e equipe.

Reunião da CGU com a delegação da China

O secretário de Integridade Privada da CGU, Marcelo Pontes Vianna, acompanhado dos assessores Elizabeth Cosmo e Daniel Mol, atendeu a pedido de reunião da delegação chinesa, cujo principal objetivo foi formalizar convite para visita oficial da CGU à China, como parte das atividades a serem desenvolvidas a partir do [Memorando de Entendimento](#) firmado em 2023.

Durante a reunião, foram abordadas áreas de interesse de ambas as partes, sobretudo relativas à promoção da integridade e à responsabilização de entes privados. A China também aproveitou o encontro para ouvir as prioridades do Brasil para o GT Anticorrupção do G20 e compartilhar suas áreas de interesse.



O secretário Marcelo Pontes e assessores se encontram com membros da delegação chinesa.

Demais reuniões bilaterais

O Brasil também foi procurado por delegações dos Emirados Árabes Unidos e do Iraque, interessados em se atualizarem sobre as principais políticas anticorrupção conduzidas pelo país. As reuniões foram conduzidas pelo ministro da AGU, Jorge Messias, e contaram com a participação de representantes do MRE e da CGU.

SIDE EVENTS

O Fórum de Integridade Privada (Private Integrity Forum)

O Fórum de Integridade Privada ocorreu às margens dos eventos oficiais da Conferência. Organizado pelo Pacto Global, juntamente com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), reuniu diversas autoridades de alto nível para discutir temáticas relativas às práticas correntes de incentivo à promoção da integridade junto ao setor privado.

No dia 11 de dezembro, a secretária de Integridade Pública da CGU, Izabela Correa, compôs o painel da primeira sessão do evento, abordando as mais recentes ações do Brasil no âmbito dos incentivos ao setor privado.



A secretária Izabela Correa na sessão do Fórum sobre sanções e incentivos ao setor privado.

A secretária comentou que o Brasil desenvolveu políticas de incentivos mesmo antes da Lei Anticorrupção, por meio do Programa Pró-Ética, criado para reconhecer publicamente empresas que adotam voluntariamente programas de *compliance*. Afirmou que as políticas de incentivo são desenvolvidas em parceria com o setor privado e a sociedade civil, levando em consideração eixos de capacitação, coordenação, promoção, regulação e sanção.

Além disso, atualizou a audiência sobre o recém-lançado Pacto Brasil pela Integridade Empresarial e sobre a parceria com o BNDES. Ressaltou que a abordagem atual do Brasil está ampliando o conceito de integridade para além da área anticorrupção, de modo a considerar a pauta ESG. Comentou também sobre a nova lei de licitações, que passará a exigir programas de integridades de empresas que participem de contratações de grande vulto.

Izabela Correa finalizou sua participação enfatizando que a parceria entre governos e o setor privado é poderosa, ao mencionar a parceria com o Pacto Global sobre transparência e a participação do setor privado na Comissão de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção.

Na segunda sessão do Fórum, o secretário de Integridade Privada, Marcelo Pontes Vianna, discorreu sobre o papel dos líderes de empresas na promoção da integridade. Em sua opinião, os empresários devem se envolver no estabelecimento de uma cultura de integridade e devem reconhecer perante a sociedade eventuais problemas relativos à integridade e as ações tomadas para remediá-las.

Marcelo Vianna explicou a experiência brasileira no incentivo à integridade no setor privado, enfatizando a importância do governo no estabelecimento de regras claras e concretas relativas à elaboração de programas de integridade. Mencionou o Pró-Ética, o Pacto Brasil e o estabelecimento de uma ferramenta eletrônica que avaliará os programas de integridade das empresas brasileiras.

Comentou que companhias que têm programas de *compliance* efetivos apresentam menos problemas de corrupção em comparação com aquelas que não possuem. Também compartilhou a dinâmica dos acordos de leniência negociados com as empresas que colaboram na investigação de atos de corrupção no Brasil.



O secretário Marcelo Pontes Vianna no Fórum de Integridade Privada.

Painel “UNCAC e Responsabilidade Civil e Administrativa por atos de Corrupção”

No último dia da Conferência, a chefe da AINT, Elizabeth Cosmo, compartilhou a dinâmica da responsabilidade civil e administrativa estabelecida pela Lei Anti-corrupção no Brasil.

Juntamente com painelistas da Rússia e do Equador, trouxe as especificidades do sistema brasileiro, que prevê a punição de empresas por processos administrativos de responsabilização, mas que também possibilita a celebração de acordos

de leniência junto àquelas que auxiliem investigações e efetivamente colaborem com elucidação de casos de corrupção. Comentou sobre a via judicial em processo civil, que pode resultar em sanções de perdimento de bens e de dissolução da empresa.

Também destacou o papel da CGU, AGU e Ministério Público que, dentro de suas competências, atuam na responsabilização de pessoas jurídicas.



Elizabeth Cosmo em sua participação no painel sobre responsabilidade de pessoas jurídicas